



## EPISTEMOLOGIA DO RECONHECIMENTO: INVISIBILIDADE E CEGUEIRA ENTRE RACISMO E BRANQUITUDE

DANNIEL LEÃO DE OLIVEIRA<sup>1</sup> E CARLOS CÉSAR BARROS<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este trabalho aborda a relação entre um par que compõe o racismo: a invisibilidade das pessoas negras e a cegueira da branquitude. Um caminho possível para a superação do racismo é o que aqui denominamos “epistemologia do reconhecimento”. Com ela buscamos compreender os processos que possibilitam o reconhecimento do outro e de si mesmo como ser humano, tal como a denegação desse reconhecimento como efeito do racismo. Trata-se de uma revisão bibliográfica que toma como referencial teórico um diálogo entre as teorias do reconhecimento, de base hegeliana, de Frantz Fanon e Axel Honneth. Abordamos a distinção entre as perspectivas do observador e do participante; a tese de que o reconhecimento precede o conhecimento na gênese das relações humanas; a relação entre racismo, invisibilidade e cegueira; a alteração da lógica do primado do reconhecimento induzida pelo racismo. Nossos resultados passam pelos processos afetivos da infância, base da precedência do reconhecimento sobre o conhecimento, que é desafiada pela reificação racista que leva ao esquecimento do reconhecimento. O diálogo profícuo entre os pensamentos de Honneth e Fanon revela uma compreensão da interdição racista ao reconhecimento, mas também suas contradições e possibilidades em contexto complexo de reconhecimento fronteiriço.

**PALAVRAS-CHAVE:** Reconhecimento; Racismo; Branquitude; Fanon; Honneth.

**ABSTRACT:** This work addresses the relationship between a pair that makes up racism: the invisibility of black people and the blindness of whiteness. One possible way of overcoming racism is what we call "epistemology of recognition". With it, we seek to understand the processes that make it possible to recognize the other and oneself as a human being, as well as the denial of this recognition as an effect of racism. This is a bibliographical review that takes as its theoretical reference a dialog between Frantz Fanon's and Axel Honneth's Hegelian-based theories of recognition. We address the distinction between the perspectives of the observer and the participant; the thesis that recognition precedes knowledge in the genesis of human relations; the relationship between racism, invisibility and blindness; the change in the logic of the primacy of recognition induced by racism. Our results involve the affective processes of childhood, the basis of the precedence of recognition over knowledge, which is challenged by racist reification that leads to the forgetting of recognition. The fruitful dialogue between the thoughts of Honneth and Fanon reveals an understanding of the racist interdiction to recognition, but also its contradictions and possibilities in a complex context of border recognition.

**KEYWORDS:** Recognition; Racism; Reification; Fanon; Honneth.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Educação pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), com bolsa Capes. E-mail: dannielleaooliveira@gmail.com.

<sup>2</sup> Professor Adjunto de Psicologia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Credenciado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Doutor em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: carlosbarros@uefs.br.

A invisibilidade das pessoas negras, assim como o sofrimento e a opressão que lhes são impostos, tem como contraparte a cegueira da branquitude. Tal “cegueira branca”, termo emprestado de José Saramago (2020), não faz referência apenas a pessoas preconceituosas, mas denota um tipo de injustiça epistêmica (COLLINS, 2022). A construção do conhecimento enraizada no ocidente invisibiliza outros tantos saberes em um processo que, simultaneamente, limita o alcance autorreflexivo até mesmo das teorias críticas. O futuro da teoria crítica aponta para sua descolonização: um desafio proposto pelo existencialismo preto (CORNELL, 2008). A transformação epistemológica resulta, conseqüentemente, em renovação metodológica, prática, técnica e ética. Um diálogo possível para as teorias e práticas engajadas na superação do racismo pode ser construído com o que aqui denominamos “epistemologia do reconhecimento”. Nossa proposta se inicia com a tese de que o reconhecimento, uma predisposição ao engajamento existencial com o outro, precede o conhecimento (HONNETH, 2011, 2018). Uma epistemologia do reconhecimento busca compreender como o respeito e a empatia estão na base de nossa relação com o mundo, mas também como tal relação se enrijece ao ponto de desumanizarmos seres humanos, grupos e raças. A invisibilidade da pessoa negra descrita no romance de Ralph Ellison (2020), *Homem invisível*, só pode ser compreendida como simultânea e complementar à percepção capaz de “olhar através”, ao complexo sensorial que vê mas não enxerga da branquitude. À dupla consciência das pessoas negras (DU BOIS, 2021), ou ao duplo narcisismo imposto pelo racismo (FANON, 2008), coloca-se a questão da denegação do reconhecimento pelas pessoas brancas e da dupla reificação, preta e branca, resultante desse processo. Dentre as muitas perguntas ou temas que poderiam surgir da relação dialógica entre os projetos de conhecimento resistentes que mencionamos até aqui, buscaremos nos concentrar nas contribuições que a epistemologia do reconhecimento proposta por Honneth, confrontada e incrementada pelo pensamento de Fanon, pode trazer para as discussões sobre o racismo e seus efeitos nas relações humanas.

A partir do debate sobre racismo, invisibilidade e cegueira, o objetivo deste artigo é esboçar uma proposta de epistemologia do reconhecimento, baseada em Axel Honneth e Frantz Fanon, a fim de encontrar apontamentos teóricos e práticos para uma superação da invisibilidade e do sofrimento causados pelo racismo e da cegueira da branquitude.

Para esboçar a ideia da epistemologia do reconhecimento baseada no diálogo entre Honneth e Fanon, faremos um trajeto argumentativo que passa pela origem das relações de reconhecimento e pelos efeitos do racismo no desenvolvimento dessas relações. Dessa maneira, abordaremos: a distinção entre a perspectiva do observador e a perspectiva do participante como

elemento central na construção das relações de reconhecimento; a ideia de que o reconhecimento precede o conhecimento na gênese das relações humanas; a relação entre racismo, invisibilidade e cegueira, a partir da metáfora do “olho interior”; a alteração da lógica do primado do reconhecimento induzida pelo racismo e suas consequências.

## 1 Fundamentos da epistemologia do reconhecimento

Uma questão inicial para a epistemologia do reconhecimento está em como assumimos a perspectiva do espectador ou do observador ao neutralizar nossos afetos nas relações. De certa forma, nossa capacidade de tratar algo com frieza, como mera coisa, deriva desse movimento. O pressuposto básico dessa postura epistemológica, portanto, é o de que as origens do conhecimento estão na perspectiva do participante, na intersubjetividade afetiva, que se perde num processo ampliado de coisificação.

Estamos lidando com um campo da epistemologia que vê o dualismo entre sujeito e objeto, naturalizado em nossa cultura, não como condição inicial do conhecimento, mas como o resultado de um processo. Mais ainda, um resultado que oculta a nossa agência e o papel do contexto na construção do conhecimento. Essa espécie de véu ontológico ou hermenêutico oculta elementos importantes para a construção da racionalidade, como se dela eles não fizessem parte. À perspectiva do observador – caracterizada pela ruptura entre os processos racionais e aqueles de interesse existencial, preocupação e cuidado – opõe-se a perspectiva do participante, do engajamento, do zelo.

O conhecimento não é pensado como representação do mundo, mas conexão com este. Contra o intelectualismo arbitrário e a ênfase nos objetos cognitivos, Dewey nos lembra de “traços que despertam desejo, que provocam ação e produzem paixão” (NASCIMENTO, 2022, p. 121). A separação entre mente privada e mundo físico, entre sujeito e objeto, denota uma relação ascética e ilusória. Ela predomina na cultura racionalista e se tornou um estereótipo cultural numa espécie de apriorismo dos dualismos que fragmenta a experiência. A experiência precede a cognição.

O cérebro e o sistema nervoso são órgãos de ação e padecimento, agem sobre o meio e sofrem ações externas. Se não há quebra de continuidade natural e histórica, a experiência cognitiva tem sua origem na experiência de tipo não cognitivo. Para Dewey, não faz sentido falar de uma experiência transcendental. Somente quando o caráter temporal das coisas experienciadas é esquecido é que se concebem noções como a “transcendência” do conhecimento (NASCIMENTO, 2022, p.133).

Podemos compreender tais experiências anteriores à cognição com o auxílio da psicologia histórico-cultural do desenvolvimento. Em comparação com a sociabilidade dos primatas, podemos considerar os bebês humanos ultra-sociais. Segundo Tomasello (1999), há duas características que nos distinguem dos primatas logo na primeira infância: protoconversações e mímese. “Protoconversações são interações sociais nas quais adulto e criança focam a atenção um no outro – frequentemente de maneira face a face envolvendo o olhar, o toque e vocalizações – de formas que servem para expressar e compartilhar emoções básicas” (TOMASELLO, 1999, p. 59). A mímese diz respeito a movimentos de boca e cabeça dos adultos que são imitados por bebês, o que indica a possibilidade da mímese refletir uma tendência de identificação com seres da mesma espécie. “Se for verdade, isso estaria alinhado com a visão de Stern de que a correspondência de estados emocionais entre adulto e crianças via ‘sintonia afetiva’ reflete um processo muito profundo de identificação” (TOMASELLO, 1999, p. 60). As intensas vivências de comunicação e identificação ainda não podem ser associadas a uma noção de separação entre sujeito e objeto, pois não há evidência de que o bebê tenha a concepção de si mesmo como sujeito. Os primórdios do sujeito estariam na revolução dos nove meses, quando é possível registrar o fenômeno da “atenção articulada”. É nessa época que a criança muda de uma relação diádica com objetos ou pessoas para uma relação triádica, de interação entre ela, o adulto e o objeto, que é concomitante com os primeiros gestos intencionais de comunicação, como apontar ou pedir colo. Essa articulação da atenção está na base do que será a percepção que temos do mundo, que construímos a partir das relações sociais. Ainda que um alpinista e um pintor olhem para a mesma montanha, a atenção que dirigem a ela é diferente e decorrente de suas experiências. É justamente o processo de intencionalidade ou de interesse que possibilita a revolução dos 9 aos 12 meses. Ao se perceber como agente intencional, como sujeito da ação, a criança pode também perceber o outro como agente intencional e iniciar o processo mais complexo de comunicação. “Também é possível que infantes façam alguns desses tipos de simulações [...] com objetos inanimados” (TOMASELLO, 1999, p. 75).

Essa emergência da capacidade de estabelecer objetivos ou intenções também interessa a Joas (1996), que busca responder a uma questão fundamental: o que acontece quando passamos do desejo para a configuração de objetivos? Para tal configuração, precisamos ter alguma consciência de que a realidade é independente de nossos desejos, o que conduz à possibilidade de modificação da realidade por ações apropriadas. Isso implica a constituição de uma realidade independente do sujeito, objetiva, e ao mesmo tempo a capacidade de sonhar e

desejar. Ao buscar uma hipótese não cartesiana para esse problema, Joas menciona a que considera mais plausível: a teoria dos objetos transicionais e do brincar de Winnicott. Como a criança fica pronta para aceitar a existência de uma realidade objetiva? Estamos falando aqui de uma capacidade de manutenção da separação entre realidade externa e interna. A construção da realidade não é um processo apenas cognitivo, mas também pleno de afetos: “separar cognição e afetos no contexto de um bebê recém-nascido é impor um padrão artificial à verdadeira experiência da criança nesse estágio inicial quando tal distinção não existe” (JOAS, 1996, p. 164). As experiências iniciais das crianças são um todo indistinguível entre elas e o mundo. Além disso, são mediadas por cuidadoras e cuidadores que dão um sentido de existência à criança que se confunde com seu próprio sentido de existência. A criança e o ambiente que mantém sua sobrevivência são inseparáveis. Considerando exagerada a ideia de fantasia de onipotência winnicottiana, Joas sugere que o bebê experimenta a conexão entre desejo e satisfação como uma espécie de relação causal mágica. O cuidado potencializa o desejo ao satisfazê-lo, incentivando a criança a exercitar o controle sobre o mundo. O processo que leva da inseparabilidade entre a criança e o ambiente ao reconhecimento de um mundo autônomo é lento e gradual, passa por um período de transição que constitui o fenômeno transicional, do mundo subjetivo para o mundo objetivo. O ato do brincar seria justamente o movimento de descoberta das relações entre o mundo subjetivo e o mundo objetivo, mediada pela realidade compartilhada com outras pessoas.

## **2 O reconhecimento precede o conhecimento**

A tese defendida, a partir da perspectiva do participante, é a de que o processo de desenvolvimento humano é intersubjetivo e se inicia com o reconhecimento para, só depois, chegar ao conhecimento (HONNETH, 2011; 2018). Primeiro passamos por um processo de indiferenciação, carregado de experiências afetivas, para, numa situação de cuidado que possibilita a elaboração de um esquema corporal, chegarmos à noção de que somos um corpo e existem outros corpos animados e inanimados. Esse processo de relação com outros corpos foi nomeado por Honneth (2018) "objetificação". O objetivo do autor, entretanto, não era o de desenvolver uma teoria do conhecimento, da relação sujeito-objeto, mas, justamente, o de desenvolver uma teoria do reconhecimento. Compreender o processo de objetificação é importante para a compreensão da coisificação, ou reificação. Ou seja, é uma forma de entender o desrespeito ou a denegação do reconhecimento. A tese de que o desprezo é uma supressão do

reconhecimento, o esquecimento deste, ou seja, de que o desrespeito é o negativo de um respeito inicial e condicional da existência, está na base da afirmação de que a invisibilidade social deriva da visibilidade. Invisibilidade, cegueira, racismo, branquitude e luta antirracista podem ser lidos a partir dessa ideia.

Começamos pela noção de "visibilidade". Se ela corresponde à noção de reconhecimento, então ela precede o conhecimento e o próprio desprezo ou desrespeito. Trata-se de uma forma primitiva do conhecer (HONNETH, 2011). O processo de construção da visibilidade está atrelado à sintonia afetiva que descrevemos na seção anterior, imerso nas relações de cuidado imprescindíveis para a sobrevivência da espécie humana. Na comunicação sutil, corporal, gestual, sonora, a criança experimenta seus sentidos num complexo que envolve tanto o interesse de quem cuida quanto seu próprio interesse pelas cuidadoras. Esse interesse acompanha desde cedo a valoração do outro, de si e os signos de demonstração de interesse mútuo. A capacidade de descentramento do próprio Eu e de demonstração de que o outro é valorizado é o pré-requisito do respeito (*Achtung*) e, por consequência, da visibilidade (HONNETH, 2011). Esse processo, no entanto, não pode ser reduzido a uma perspectiva ontogenética, pois ele se dá num contexto relacional, histórico e cultural, que fez dos signos de reconhecimento uma espécie de segunda natureza. Também por isso, não se trata de um fenômeno reservado à vida ou à história infantil, a visibilidade e os signos de reconhecimento nos acompanham pela vida social. A capacidade de descentramento, o respeito, é o mecanismo que nos possibilita assumir a perspectiva do outro, compreendê-lo de forma empática. A atitude zelosa e afetuosa que possibilita a visibilidade do outro, e de si mesmo, está vinculada à ética do cuidado e à práxis (HONNETH, 2018).

"Tornar-se visível" a uma pessoa vai mais além do ato cognitivo da identificação individual, pondo-se de manifesto, de maneira evidente, mediante as ações correspondentes, gestos ou mímica, que a pessoa foi levada em consideração favoravelmente, de acordo com a relação existente; e só porque possuímos um saber comum destas formas enfáticas de expressão no espaço de nossa segunda natureza, podemos ver em sua supressão um signo de invisibilização, da humilhação (HONNETH, 2011, p. 169).

Essa comunidade do saber das formas de expressão da visibilidade, essa segunda natureza enquanto uma espécie de gramática do reconhecimento, apresenta uma positividade que, mesmo quando suprimida ou negada, assume a forma de uma outra positividade: um signo, mas desta vez de humilhação e invisibilização. Com esse passo argumentativo chegamos à compreensão da invisibilidade não como a não percepção, mas como uma percepção social de valoração negativa. Agora fica mais evidente como Honneth (2018) compreende a diferença entre a objetificação e a coisificação. Entendermos que objetos não são seres humanos e assumir

um posicionamento de sujeito, ou de subjetividade, diante deles é um processo distinto daquele em que coisificamos pessoas. Quando não somos capazes de respeitar o outro, de assumir sua perspectiva, passamos ao campo do desrespeito e da desumanização. Se podemos compreender o preconceito individual a partir dessa perspectiva, devemos cuidar para não reduzir o argumento à perspectiva individualista. Mais uma vez, pensemos na segunda natureza e nos estereótipos construídos socialmente que ela carrega. A crítica do conhecimento e da ciência que deriva da epistemologia do reconhecimento merece destaque. Basicamente, o movimento moderno de neutralização dos afetos, da cisão entre sujeito e objeto, constitui a base epistemológica da perspectiva do observador, capaz de reificar o mundo, em seu projeto de exercício de poder sobre a natureza externa, mas também as pessoas, em sua dominação da natureza interna. A crítica à reificação, iniciada por Lukács e levada adiante por Horkheimer e Adorno (HONNETH, 2018), ganha uma nova interpretação na epistemologia do reconhecimento de Honneth.

Um outro elemento que aqui nos interessa é o foco explícito que Honneth (2011) confere, dentro do contexto da reificação, à instituição do racismo. Ao exemplificar sua epistemologia do reconhecimento com o romance *Homem Invisível* (ELLISON, 2020), que trata da invisibilidade social de uma pessoa negra, o autor alcança, com a metáfora do olho interior de Ellison, a cegueira da branquitude. Ainda que ele não desenvolva algumas importantes consequências, compreendemos que abre-se um diálogo com uma perspectiva descolonizadora, capaz de compreender que a reificação é um processo histórico de um Édipo ocidental que feriu seus próprios olhos para esquecer sua capacidade de afeto e de cuidado e levar adiante seu projeto de conhecimento. É nesse contato com outras formas de conhecimento que, talvez, seja possível reconstruir o reconhecimento. Vejamos como Ellison e Fanon podem nos ajudar a compreender invisibilidade e cegueira.

### **3 A metáfora do olho interior**

Pensar a epistemologia do reconhecimento a partir da temática racial significa elaborar como as relações de reconhecimento das pessoas negras são interrompidas pelo racismo. A lógica da alteridade hegeliana entra em colapso quando analisadas as relações do Eu com o Outro de pessoas negras em sociedades organizadas pela lógica racista (FANON, 2008). A colonialidade estabelece barreiras que racializam os sujeitos e impedem que estes se relacionem de forma igualitária. A disputa do negro por reconhecimento acontece dentro de um sistema

que não o considera humano, impossibilitando a realização de um processo de reconhecimento integral (FANON, 2008; 2021). Dessa forma, as relações de reconhecimento dos sujeitos negros são intermediadas por um processo que os caracteriza como seres invisíveis, que não merecem ser percebidos socialmente (HONNETH, 2011).

Em seu livro *Homem Invisível*, uma obra de ficção baseada nas experiências reais das pessoas negras dos Estados Unidos do século XX, Ralph Ellison (2020) estrutura a lógica das relações de reconhecimento dos sujeitos negros a partir da noção de “olho interior”, ou “visão interior”. Esse conceito traduz a ideia de que a invisibilidade dos sujeitos negros é formada não a partir do olho como uma estrutura cognoscente, mas sim de um elemento que antecede a visão física. “A invisibilidade a que me refiro decorre de uma disposição peculiar dos olhos daqueles com quem entro em contato. Uma questão de *construção de sua visão interior*, aqueles olhos com os quais olham a realidade através dos olhos físicos” (ELLISON, 2020, p. 29). O olho interior não significa uma essência ontológica responsável pelo racismo, mas sim uma construção histórico-cultural que deveria representar a condição de enxergar o outro como sujeito. Ao ser constituído em uma sociedade racista, entretanto, esse olho impede que os sujeitos negros sejam realmente percebidos.

A metáfora do olho interior indica a necessidade de observar a invisibilidade dos sujeitos negros como um problema relacionado à percepção social. A invisibilidade é acompanhada, ou até mesmo precedida, de uma cegueira. A dinâmica das relações raciais, analisada pela noção de olho interior, diz respeito ao funcionamento de uma relação de sujeitos que não são vistos com sujeitos que não conseguem ver (ELLISON, 2020). Nesse sentido, Honneth (2011) utiliza o livro de Ralph Ellison como referência para estabelecer uma epistemologia moral do reconhecimento, baseada na relação entre invisibilidade e cegueira. A metáfora do olho interior é traduzida em uma relação de percepção social na qual sujeitos negros estão presentes fisicamente nos espaços, são vistos cognitivamente, mas não são reconhecidos. Axel Honneth conceitua essa dinâmica social com a noção de “ver através”, um movimento direto de ausência de percepção social, de recusa de reconhecimento para pessoas negras (HONNETH, 2011). Assim, o reconhecimento vai muito além de um simples ato cognitivo e se funda na percepção social de um indivíduo sobre o outro. Percepção essa que é completamente alterada pelo racismo, o que direciona sujeitos negros à invisibilidade. Essa invisibilidade não é metafísica, é material em um sentido que as pessoas negras se sentem realmente afetadas, já que são vistas, mas não percebidas, são "vistas através" nesse mundo físico. Ser percebido socialmente significa receber reconhecimento. Assim, por mais que as pessoas negras sejam vistas de

maneira cognitiva pelo outro social, isso não significa que elas serão reconhecidas, já que o reconhecimento necessita da percepção social do outro em um sentido apreciativo (HONNETH, 2011).

Diante dessa lógica, as relações de reconhecimento são diretamente alteradas, já que o racismo funciona como uma espécie de “bloqueio epistemológico e normativo” (SANTOS; OLIVEIRA, 2021), que impede a percepção social, em um sentido apreciativo, de sujeitos brancos para sujeitos negros (FANON, 2008). A proposição fanoniana de um reconhecimento interditado pelo racismo se conecta com a ideia de ver através (HONNETH, 2011), ao relacionar a falta de reconhecimento com a invisibilidade e ao apontar uma cegueira da branquitude. Nesse cenário, a concepção de “véu”, de Du Bois (2021), possibilita uma conexão entre a invisibilidade e a cegueira, entre o negro e o branco. Esse conceito diz respeito à existência de um véu entre o negro e o branco que posiciona o negro dentro do estado de invisibilidade social, pois por mais que o branco olhe diretamente para o negro, ele só vai conseguir enxergar o véu. O negro, por sua vez, quando tenta olhar para si mesmo, também só vai enxergar o véu, não a pessoa de verdade. Para Du Bois (2021, pág. 23), “o negro é uma espécie de sétimo filho, nascido com um véu e dotado de clarividência neste mundo americano - um mundo que não lhe deixa tomar uma verdadeira consciência de si mesmo”.

O olho interior é uma metáfora que consegue sintetizar as discussões psicossociais relacionadas ao reconhecimento, a invisibilidade e a cegueira. A proposição de um reconhecimento incompleto em Fanon (2008), a conceituação de ver através em Honneth (2011) e a ideia de véu em Du Bois (2021) se conectam com a formulação do olho interior de Elisson (2020), que possibilita conceber o racismo e a invisibilidade como efeitos da construção social de um olho interior daqueles que não conseguem enxergar os sujeitos negros. Nesse sentido, a cegueira se estrutura como um movimento direto de impedimento da realização do reconhecimento integral dos sujeitos negros. Essa cegueira corresponde a um ato público de recusa direta de atribuir reconhecimento. A constatação desse movimento como um ato público fortalece o argumento de que o racismo funciona como um bloqueio normativo, que vai alterar o cotidiano dessas pessoas negras. Esse bloqueio, tanto em Fanon (2008) quanto em Honneth (2011), vai funcionar pelo estabelecimento de códigos simbólicos que permitem que uma pessoa seja ou não percebida socialmente.

Para Honneth (2011) existem gestos simbólicos que as pessoas brancas utilizam para atribuir reconhecimento uns aos outros e, justamente por apresentarem diferentes gestos com diferentes simbologias, as pessoas negras têm seu reconhecimento recusado. Pessoas brancas

manifestam atos que traduzem as pessoas negras como não visíveis, como se não fossem dignas de amor, estima ou de amparo jurídico. Assim, a característica central dessa cegueira da branquitude é não conseguir enxergar os gestos simbólicos que a população negra emite na tentativa de ser reconhecida (HONNETH, 2011). Dessa forma, a relação entre cegueira e invisibilidade opera através das expressões gestuais. Ou seja, existem expressões gestuais recíprocas que indicam diretamente visibilidade, que levam ao reconhecimento. Aqui o corpo aparece como central nessa argumentação, já que toda forma de reconhecimento necessita de uma referência simbólica aos gestos expressivos que garantam visibilidade social (HONNETH, 2011). É através das expressões corporais que os sujeitos sociais se percebem e, conseqüentemente, se reconhecem de forma mútua. Assim, a ideia do corpo é diretamente conectada ao ato de reconhecimento. Porém, quando as expressões corporais, ao invés de indicarem visibilidade mútua, afirmam a invisibilidade de determinado sujeito social, elas estão representando o ato de denegação do reconhecimento. O olho interior de sujeitos brancos não enxerga as expressões simbólicas de corpos negros como expressões dignas de reconhecimento.

A cegueira dos sujeitos brancos está conectada diretamente à formulação do esquema corporal de pessoas negras. Isso porque o sistema colonial configura, sócio-culturalmente, o corpo do colonizado como algo a ser desprezado, a ser combatido. A racialização transforma o corpo de pessoas negras em uma espécie de receptáculo de significados estereotipados, o que impõe ao esquema corporal do negro ser realizado dentro das limitações racistas do seu meio social (FANON, 2008). Assim, as expressões corporais simbólicas necessárias para a construção de um reconhecimento recíproco e integral não serão alcançadas dentro de um sistema de significação corporal racista. Por isso, as pessoas brancas não vão enxergar essas expressões simbólicas dos sujeitos negros. A cegueira da branquitude impede que os gestos de busca por reconhecimento das pessoas negras sejam suficientes para que o reconhecimento se concretize em sua forma plena. O corpo negro invisível será impedido de realizar uma experiência completa de reconhecimento, já que não é visto, não é nem considerado como humano pelo branco (FANON, 2008). Nesse sentido, o que a branquitude faz é historicamente não enxergar as expressões gestuais, indicativas de busca por reconhecimento pela população negra (FANON, 2008; HONNETH, 2011).

Importante indicar que essa cegueira da branquitude exposta aqui não é um movimento que exclui dos sujeitos brancos a responsabilidade pelo racismo histórico e cotidiano. Enquanto a invisibilidade é historicamente uma característica que permitiu os mais variados tipos de atrocidades racistas contra pessoas negras, a cegueira da branquitude é historicamente uma

característica que permitiu a concretização de vários tipos de privilégios sociais. Por mais que a racialização afete o sujeito branco, ele se beneficia das estruturas racistas da sociedade para construir uma vida confortável, enquanto a racialização impede o sujeito negro de acesso a atividades simples do cotidiano (BENTO, 2022). São experiências racializadas, mas são experiências completamente diferentes. Estudar a cegueira da população branca aqui não significa ignorar os benefícios que a racialização traz para esse grupo, significa compreender que, para ser possível um entendimento e superação das dinâmicas raciais que atribuem invisibilidade a sujeitos negros, é necessário entender como a branquitude faz parte desse processo.

Diante desse panorama, a metáfora do olho interior possibilita uma compreensão da forma com que invisibilidade e cegueira se apresentam como elementos centrais na discussão sobre a epistemologia do reconhecimento. A proposta de um reconhecimento integral não pode ser sustentada diante do contexto de racismo sofrido pela população negra (FANON, 2021). Nesse sentido, a proposta de um reconhecimento fronteiriço pode ser utilizada para compreender a estrutura das relações do reconhecimento diante da invisibilidade e da cegueira, tal como pode levantar importantes questionamentos para a lógica do primado do reconhecimento.

#### **4 Frantz Fanon ou quando o conhecimento precede o reconhecimento**

Por mais que o racismo consiga atravessar as experiências de vida dos sujeitos negros, ele não representa a totalidade das experiências vividas. Para Fanon (2021, p. 70), “o racismo não é um todo, mas o elemento mais visível, mais cotidiano, às vezes o mais grosseiro, em suma, de uma dada estrutura”. Apesar de sua característica cotidiana de opressão, o racismo não consegue produzir uma alienação total. As vivências afetivas, as relações intrafamiliares, os movimentos de luta por resistência são exemplos de experiências que são tocadas pelo racismo, mas não são definidas totalmente por ele. A alienação de si e do outro, promovida pelo racismo, por mais abrangente, “nunca é plenamente atingida” (FANON, 2021, p. 78). Assim, no pensamento de Fanon (1979; 2008; 2021) a epistemologia do reconhecimento, a invisibilidade e a cegueira se encontram no entrave entre a impossibilidade de um reconhecimento integral e a impossibilidade de uma alienação total. Logo, as relações de reconhecimento em Fanon (2008; 2021) vão acontecer justamente nas fronteiras desse entrave.

As relações de reconhecimento vão acontecer no espaço entre a interdição do reconhecimento pleno e a impossibilidade da assimilação total das experiências de pessoas negras pelo racismo. O reconhecimento fronteiriço pode então ser conceituado como o resultado do movimento de busca por reconhecimento do sujeito negro diante de todos os limitadores impostos pelo racismo do sistema colonial. Assim, mesmo diante do impedimento de um reconhecimento pleno (FANON, 2008), as relações de reconhecimento das pessoas negras vão poder acontecer nas fronteiras que surgem da incapacidade de assimilação total das experiências vividas pelo racismo. No questionamento “quem são essas criaturas famintas de humanidade que se apoiam contra as fronteiras impalpáveis (mas como sei por experiência própria, terrivelmente nítidas) do reconhecimento integral?” (FANON, 2021, p. 37), o pensamento fanoniano possibilita a compreensão das relações de reconhecimento a partir da proposta de um reconhecimento fronteiriço. A ideia das fronteiras “impalpáveis, mas terrivelmente nítidas” representa a impossibilidade de um reconhecimento integral e admite a possibilidade de enxergar, de exercer ação sobre essas fronteiras.

Nesse sentido, Faustino (2021) descreve a interdição do reconhecimento no pensamento de Fanon, mas aponta para a existência de caminhos que podem acarretar na superação da lógica opressora do colonialismo. Villet (2011) indica também as impossibilidades recíprocas colocadas por Fanon, mas defende a possibilidade de um reconhecimento mútuo diante das limitações impostas pelo racismo. Para Conroy (2023), através de respostas dirigidas contra a opressão vivida, o pensamento de Fanon indica um processo de simetria intersubjetiva que possibilita a realização das relações de reconhecimento da população negra. Diante desse cenário, o que se afirma aqui é que o reconhecimento vai ser possível no pensamento fanoniano, mas esse processo vai acontecer na configuração fronteiriça das relações de dominação, onde se observa a aridez da zona do não ser, mas se observa também que, nesse lugar, “um autêntico ressurgimento pode acontecer” (FANON, 2008, p. 26).

Em Elisson (2020) existe um processo gradual de desaparecimento das fronteiras que indicam possibilidades de reconhecimento diante do racismo. O homem invisível inicia sua história com diversas possibilidades e tentativas de ser reconhecido e receber sua visibilidade, mas acaba tendo todas as suas tentativas minadas diante de um racismo que se torna cada vez mais totalizante no decorrer do livro. Ao contrário desse movimento totalizante indicado por Elisson (2020), a proposta de um reconhecimento fronteiriço indica uma ideia de epistemologia do reconhecimento que entende as características estruturais da invisibilidade e da cegueira, mas também assume que essas características não são totalizantes. Dentro das diversas

limitações impostas pelas consequências do sistema colonial, o olho interior, como processo de apreciação do outro social, vai ser constituído pelo racismo, mas não será totalmente dominado por ele.

A ideia de um reconhecimento fronteiriço no pensamento fanoniano possibilita a compreensão da existência do primado do reconhecimento por assumir que o centro das experiências vividas está na condição afetiva inicial da relação do eu com o mundo. As famílias negras, mesmo diante das limitações do sistema racial, conseguem promover relações de reconhecimento afetivas entre si (FANON, 2008). Porém, por mais que esse movimento aconteça, a teoria do reconhecimento em Fanon (2008) indica a existência de um contraponto ao primado do reconhecimento (HONNETH, 2018), tendo em vista que o processo de alienação causado pelo racismo cria condições para que o conhecimento venha a anteceder o reconhecimento após o seu esquecimento. O caráter reificado do racismo posiciona o negro na situação de invisibilidade social que impossibilita o reconhecimento afetivo, o preconceito cognitivo antecede, então, a proposição de uma alteridade afetiva entre os sujeitos. Para tentar ser reconhecido, o negro precisa realizar a ação de “fazer-me conhecer” (FANON, 2008).

A tese central da epistemologia do reconhecimento é a de que o reconhecimento precede o conhecimento. Com base na psicologia do desenvolvimento, Honneth (2003; 2011) busca demonstrar que nosso esquema corporal mais básico, alicerce de nossa identidade, resulta da interação entre os movimentos expressivos da criança e a disposição motivacional dos cuidadores. Tal interação está na gênese dos primeiros signos, principalmente os signos de reconhecimento, da comunicação sutil entre seres humanos que é a condição do processo de humanização. Os sinais e gestos das relações de cuidado estabelecem os rudimentos da moralidade ao proporcionarem experiências de reconhecimento mútuo: a criança compreende que é um ser na ação cuidadosa das pessoas mais velhas, ao tempo em que passa a compreender que estas pessoas também possuem suas individualidades. A capacidade de reconhecimento do outro não é um fator puramente cognitivo, mas também é carregada de afeto e de atribuição de valor. Contra a noção representacionista da percepção como uma ação de um sujeito cognoscente que espelha o mundo objetivo, a epistemologia do reconhecimento propõe que a percepção humana se inicia com fortes traços avaliativos, baseados nas relações humanas e que, só posteriormente, ela será capaz de desumanizar os seres não humanos, objetificando-os. Essa perspectiva do participante, em oposição à perspectiva do observador, descreve o olho interior de Ellison (2020). Tal olho interior é a condição do respeito, o *Achtung* kantiano, que pode ser caracterizado como a capacidade de supressão do egocentrismo em função da dignidade do

outro. A questão do racismo está na capacidade humana de ignorar o olho interior, desqualificar um outro ser humano e privar essa relação dos signos verbais e gestuais de reconhecimento e respeito. A epidemia da cegueira branca de Saramago é uma boa metáfora para a cegueira do olho interior que caracteriza a branquitude. Fanon (2008) contribui para o aprimoramento da epistemologia do reconhecimento ao abordar o esquema corporal como um esquema histórico-racial que, quando atacado, dá lugar a um esquema epidérmico racial. Ou seja, traz para o centro da epistemologia do reconhecimento a corporeidade negra e as contradições que envolvem as motivações do entorno social entre o cuidado e a discriminação. Num contraponto à tese honnethiana, Fanon escreveu: “uma vez que o outro hesitava em me reconhecer, só havia uma solução: fazer-me conhecer” (FANON, 2008, p. 108). Ou seja, no contexto reificado do colonialismo e do racismo, o reconhecimento até pode preceder o conhecimento em suas origens, mas uma vez esquecido ou interditado o reconhecimento, o conhecimento passa a precedê-lo e se torna sua condição. Como Ellison, e em consonância com a perspectiva do participante, Fanon nos lembra que “o *olho* não é apenas espelho, mas espelho retificador. Ele deve nos permitir corrigir os erros culturais” (FANON, 2008, p. 169). O autor não se refere ao olho físico, mas ao olho capaz de conexão. O racismo, o esquecimento ou interdição do reconhecimento, a invisibilidade e a cegueira, em síntese, são interpretados pela epistemologia do reconhecimento como uma patologia social (HONNETH, 2011), como um vício que está na alma do meio (FANON, 2008).

A ideia fanoniana de sociogênese, tal como o diagnóstico das patologias sociais de Honneth, apresenta uma importante leitura do sofrimento humano que, condizente com nossas políticas públicas de saúde, assistência social ou educação, pode auxiliar-nos a acionar os olhos interiores e compreendermos os territórios como objetos de estudo e intervenção, transformando culturas e relações opressoras no sentido do respeito pelas diferenças e pelas experiências dos agentes sociais como seres criativos e ativos na construção de realidades e culturas de respeito. Por fim, por tomar o racismo como tema central, a epistemologia do reconhecimento é bastante adequada ao contexto de um país estruturado pelo racismo e que pode buscar uma reparação histórica ao reconhecer que a maior parte das pessoas vítimas da intersecção dos sistemas opressores é negra.

### Considerações finais

Diante desse panorama, fica exposta a proposta de uma epistemologia das relações de reconhecimento baseada no diálogo teórico entre Axel Honneth e Frantz Fanon como forma de compreender o racismo como uma injustiça social. Ao relacionar a invisibilidade social da população negra com a cegueira da branquitude, o esboço do processo epistemológico do reconhecimento, aqui apresentado, consegue sintetizar as características de formação do racismo nas relações sociais, assim como seus possíveis efeitos na vida cotidiana dos sujeitos negros.

Para compreensão do momento de origem das relações humanas, a epistemologia do reconhecimento opta pela perspectiva do participante como forma de entender as primeiras interações da criança. Mais do que um simples observador que interage com o mundo à sua volta, com frieza, distância e neutralidade, na perspectiva do participante a criança é compreendida como um agente diretamente envolvido em interações afetivas com o ambiente. Por assumir essa característica participante como elemento fundamental das primeiras relações intersubjetivas, a nossa proposta de epistemologia do reconhecimento se constitui também na ideia do primado do reconhecimento (HONNETH, 2018). Assim, as relações de interação entre humanos não se iniciam como um movimento cognitivo, mas sim na mobilização afetiva do reconhecimento. O reconhecimento precede o conhecimento (HONNETH, 2018). Antes de conhecer as coisas cognitivamente, as crianças realizam experiências afetivas de reconhecimento. Nesse sentido, a epistemologia do reconhecimento que mostramos aqui se formula nessa relação entre o primado do reconhecimento e a perspectiva do participante. Porém, quando analisamos as relações de discriminação racial, essa proposta de epistemologia do reconhecimento enfrenta alguns desafios, que podem ser superados com a abordagem do reconhecimento estabelecida por Frantz Fanon.

A metáfora do olho interior, descrita no romance de Ralph Ellison, indica um dos desafios da epistemologia do reconhecimento: como o desrespeito e a humilhação de base racial podem existir em um mundo no qual as relações iniciais de interações humanas são baseadas no afeto intersubjetivo? O próprio Honneth (2011; 2018) já indica uma resposta para esse problema ao apontar a reificação como o processo de esquecimento dessas primeiras relações afetivas de reconhecimento. Porém, uma análise baseada em Honneth (2011) e em Fanon (2008; 2021) possibilita uma compreensão maior de como a epistemologia do reconhecimento pode fornecer uma base explicativa para o preconceito racial. Nesse sentido, a invisibilidade social sofrida pelas pessoas negras, como ato direto de denegação do reconhecimento, e a cegueira da

branquitude como processo de recusa direta de atribuição de reconhecimento estão no centro da formulação desse processo epistemológico das relações raciais. Como apontado por Fanon (2008), a construção histórico cultural do racismo cria diversos limitadores para a realização das relações de reconhecimento dos sujeitos negros. Assim, o racismo acarreta na construção de relações simbólicas determinantes para atribuição de invisibilidade aos sujeitos negros (FANON, 2008).

Além disso, Fanon (2008; 2021) aponta que, diante do racismo, o reconhecimento das pessoas negras será realizado nas fronteiras entre a impossibilidade do reconhecimento total e a impossibilidade de assimilação total das relações sociais pelo racismo. Mesmo diante do racismo, as relações afetivas possibilitam algumas formas de reconhecimento para as pessoas negras. Porém, Fanon (2008) indica um contraponto ao primado do reconhecimento que coexiste com esse processo. Mesmo com a centralidade das relações afetivas nas relações humanas, o caráter reificador do racismo é tão poderoso que, em diversas ocasiões, o preconceito racial interdita a realização afetiva das relações de reconhecimento. Assim, a epistemologia do reconhecimento, aqui proposta, é formulada a partir da ideia do primado do reconhecimento em junção ao contraponto fanoniano do reconhecimento fronteiriço, cotidiano nas sociedades racistas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENTO, Cida. *O Pacto da Branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- COLLINS, Patricia Hill. *Bem mais que ideias: interseccionalidade como teoria social crítica*. São Paulo: Boitempo, 2022.
- CONROY, William. Fanon's Mobilities: Race, Space, Recognition. *Antipode*, 2023.
- CORNELL, Drucilla. *Moral Images of Freedom: A Future for Critical Theory*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2008.
- DU BOIS, William Edward Burghardt. *As almas do povo negro*. São Paulo: Veneta, 2021.
- ELLISON, Ralph. *Homem invisível*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2020.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1979.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FANON, Frantz. *Por uma revolução africana*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2021.
- FAUSTINO, Deivison Mendes. A “interdição do reconhecimento” em Frantz Fanon: a negação colonial, a dialética hegeliana e a apropriação calibanizada dos cânones ocidentais. *Revista de Filosofia Aurora*, 2021.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.

HONNETH, Axel. *La sociedad del desprecio*. Madrid: Editorial Trotta, 2011.

HONNETH, Axel. *Reificação: um estudo de teoria do reconhecimento*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

JOAS, Hans. *The creativity of action*. Cambridge: Polity Press, 1996.

NASCIMENTO, Edna Maria Magalhães. A epistemologia pragmatista de John Dewey: uma filosofia da experiência. *Filosofia e Educação*, v. 14, n. 2, p. 119-144, 2022.

SANTOS, Abraão de Oliveira.; OLIVEIRA, Luísa Rodrigues. O bloqueio epistemológico no Brasil e a psicologia. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, v. 20, n. 227, p. 250-260, 2021.

SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a cegueira*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

TOMASELLO, Michael. *The cultural origins of human cognition*. Harvard University Press, 1999.

VILLET, Charles. Hegel and Fanon on the Question of Mutual Recognition: A Comparative Analysis. *The Journal of Pan-African Studies*, 2011.